

A voz das ruas

As vigorosas manifestações sociais refletem a história de luta dos trabalhadores, que sempre ocuparam as ruas em defesa da democracia e da justiça social. Neste cenário favorável a novas conquistas e avanços, as representações sindicais colocam a pauta dos trabalhadores, o movimento dos bancários inicia a campanha nacional 2013, e a Fenae defende horizonte mais democrático para a Caixa



CONQUISTANDO PONTOS

Entenda melhor a origem dos seus pontos.

Participe da campanha **Conquistando Pontos**, divirta-se com o jogo e concorra a ótimos prêmios enquanto entende melhor de onde vêm seus pontos e quais as maneiras de conquistá-los.



www.mundocaixa.com.br/conquistandopontos



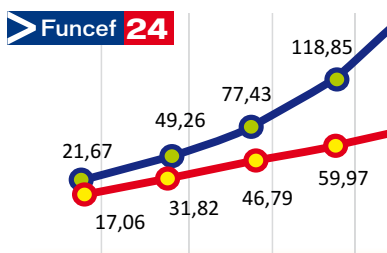
Baixe também o aplicativo do Mundo Caixa, com ele você terá seu extrato sempre à mão e poderá se divertir com o jogo da campanha onde estiver.



Realização:
**MUNDO
CAIXA**

Oferecimento:
**CIRCUITO
FENAE/APCEF**

SEMPRE A OLADO
GRUPO CAIXA ECONOMIA & VIDA



Expediente:

Administração e redação: Fenaef - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - SRTVS Qd 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Loja 126, Térreo II, Conj. L, Lote 38, Bloco II, Asa Sul Brasília / DF - CEP 70340-906

Diretoria Executiva - Diretor-presidente: Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. **Diretor vice-presidente:** Jair Pedro Ferreira. **Diretora de Administração e Finanças:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Diretor de Comunicação e Imprensa:** Daniel Machado Gaio. **Diretor de Esportes:** Paulo César Barros Cotrim. **Diretora de Cultura:** Ely Custódio Freire. **Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Olívio Gomes Vieira. **Diretoria Executiva:** Paulo Roberto Damasceno, Kardec de Jesus Bezerra, Maristela da Rocha, Marcos Benedito de Oliveira Pereira. **Conselho Fiscal - Titulares:** Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Paulo Cesar Matileti, Laércio Silva. **Suplentes:** Anabele Cristina Silva, Jorge Luiz Furlan, Daniel Pinto de Azeredo. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** José Aúreo de Oliveria Junior. **Vice-presidente:** Cely Nascimento. **Secretário-geral:** Vera Lúcia Barbosa Leão. **Gerente de Comunicação:** Eurico Batista. **Jornalistas:** Antônio José Reis, Evando Peixoto, Amanda Vieira e Andréa Viegas. **Fotos:** as não identificadas são de autoria de Augusto Coelho; seleção Patrícia Pires. **Design:** Lisarb Sena de Mello e Marcelo Villodres. **Ilustrações e projeto gráfico:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Mylton Severiano e Fernando Nogueira. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 133.500 exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.



Sempre lutamos, não vamos parar

Nenhum benefício veio nem virá de graça. Tudo é conquistado com muita luta. Na Caixa, temos jornada de 6 horas diárias e somos sindicalizados, porque alguém brigou por isso no passado. Temos participação nos lucros e planos de aposentadoria complementar, porque companheiros lutaram por isso durante anos a fio. As vagas de trabalho aumentam todo ano, porque continuamos lutando em defesa da empresa e por mais empregados. Aliás, a Caixa só não é um banco privado, desses que demitem os bancários após explorá-los, porque, nos anos 90, os empregados e as entidades representativas lutaram bravamente contra a privatização.

O que conquistamos até agora é fruto de batalhas travadas ao longo de muitos anos. E o que almejamos só será construído se dermos continuidade a esta luta. Como sempre dissemos, a luta continua, não pode parar. Já conquistamos muito, mas ainda há outros e importantes benefícios sobre os quais devemos estender as mãos.

O Brasil vive um momento de inquietação social. Vários grupos saem às ruas e exigem melhorias estruturais, distribuição de renda e, sobretudo, austeridade na política. São manifestações que se somam aos movimentos históricos, que sempre lutaram por justiça social neste país. Nós, os trabalhadores, sabemos como foi árdua a luta contra a opressão, mas hoje desfrutamos um país mais igualitário e democrático. Claro, ainda há muito que conquistar, sempre haverá. É por isso que a luta não pode parar.

Na Caixa, não é diferente. Precisamos nos unir ainda mais e lutar contra metas abusivas, por segurança e melhores condições de trabalho, pela saúde do trabalhador, por aumento real de salário, por democracia e eficiência na administração dos planos de aposentadoria, entre outros pontos importantes. Construímos uma empresa sólida e lucrativa, mas esse resultado deve ser dividido com os empregados. Acreditamos nisso, vamos continuar lutando por isso.◀





Luiz Carlos Azenha

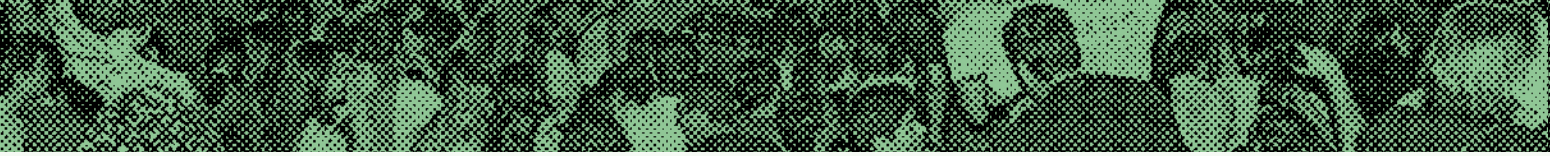
FA Os blogs estão ocupando um espaço cada vez maior na mídia alternativa. Esta é uma tendência que deve ser ampliada?

Azenha Os blogs estão crescendo muito, porque existe uma demanda por informação, digamos assim, com organização fora do eixo. As pessoas encontram nas redes sociais, Facebook, Twitter e nos próprios blogs, uma representação que não veem na mídia [tradicional] por dois motivos: o primeiro é a questão da interatividade. O jornal não conversa com o leitor, nem as TVs. Já com o blog há interação. O leitor tem a possibilidade de fazer comentários sobre o que leu. O segundo ponto é que a pauta dos jornais é praticamente unificada, e dissociada dos nossos tempos. A pauta da mídia tradicional é privataria, porque eles são representantes de grandes corporações ou de um modelo de organização social cujo ápice aconteceu no Brasil nos governos do Fernando Henrique Cardoso. Por isso, procuramos os meios que nos representam. Hoje, temos uma variedade de blogs: feministas, dos negros, do movimento indígena... A blogosfera tem crescido muito, enquanto a mídia [tradicional] especialmente impressa tem vivido uma decadência.

FA O Brasil foi sacudido nos últimos meses por manifestações populares. Em sua opinião, esse movimento aponta um rumo para o Brasil?

Azenha Sim. A minha visão pessoal é que existe um cansaço mundial em relação a essa forma de organização em que as pessoas votam a cada quatro anos, mas elas não influem sobre a própria vida. Isto tem acontecido na França, Espanha, Turquia, não é específico do Brasil. No Brasil, embora tenhamos tido uma ascensão social muito grande nos últimos anos, isso não basta. Aí eu acho que o Lula [ex-presidente Luiz Inácio da Silva] tem um pouquinho de razão quando diz que vivemos uma “crise de abundância”, no sentido de que as pessoas ascenderam e querem mais agora. A população não quer só melhores condições de saúde e educação, quer também participar mais, porque o atual sistema político não dá representatividade a ela. O sistema político do país está montado em torno da satisfação de um grupo de famílias. São 15 mil famílias, os chamados “rentistas”, que concentram 50% da renda nacional e que vivem em função dos juros pagos dos títulos que compram do governo. Então, as manifestações para mim

Jornalista e criador do blog Viomundo, Luiz Carlos Azenha foi convidado pela Fenaé para fazer uma palestra durante a reunião do Conselho Deliberativo Nacional (CDN), ocorrida nos dias 1 e 2 de agosto, em Brasília, sobre as mobilizações sociais que sacudiram o Brasil em 2013. Logo após falar aos presidentes de Apcefs, Azenha concedeu entrevista à **Fenaé Agora**, abordando temas como democratização da mídia e da internet, reforma tributária e o avanço da chamada mídia alternativa no país



representam várias coisas. A principal delas é a necessidade das pessoas de participar das decisões que são tomadas em nome delas. Veja como o Movimento Passe Livre em São Paulo, foi inteligente: ele focou numa pauta concreta, vinte centavos. Parecia besteira, mas eles conseguiram levar as pessoas para as ruas e tiveram uma importante vitória política, não só em São Paulo, mas no Brasil todo. O movimento trouxe o povo de volta ao protagonismo. Tanto que, quando a Dilma [presidenta] propôs o plebiscito, os conservadores se uniram [contra ela]. Isto aconteceu porque eles não aceitam o povo na rua.

FA Que peso a democratização da comunicação tem neste processo de mudança no Brasil?

Azenha É central. Primeiro, vamos fazer uma rápida definição: o Brasil é um país muito desigual, onde um punhado de famílias tem uma alta participação na renda

nacional, e em que 90% dos brasileiros ficam com 10% da renda nacional. Quem é o porta-voz dos que concentram renda no Brasil? Obviamente quem está ganhando com ela, ou seja, a mídia que existe aí: Globo, Folha, Veja e Estadão formam o eixo central. Uma empresa do Rio e três de São Paulo. A ONG conservadora Repórter Sem Fronteiras fez um relatório em que aponta que o Brasil é o país dos 40 berluscones. Identificaram 40 donos de meios de comunicação importantes. Tem outro grupo que acha que são apenas meia dúzia, porque têm muitas empresas de comunicação filiadas umas às outras.

FA Temos uma carência de debates sobre temas como regulação da mídia, grandes fortunas, e outros desse tipo?

Azenha A mídia não só cria uma agenda política no Brasil, como também bloqueia a agenda que não lhe interessa. Não se fala na tributação altamente

regressiva que existe no Brasil. No Brasil, como eu publiquei recentemente no meu blog, lancha, avião e jato particular não pagam IPVA, imposto de veículos de automotores. O Supremo Tribunal Federal fez uma interpretação dizendo que na origem do IPVA está a taxa rodoviária e, portanto, esses veículos não pagam IPVA. Os ricos não pagam o IPVA de um helicóptero, enquanto você de classe média ou pobre, que tem um carro, paga o seu imposto. Os jatos ou lanchas demandam infraestrutura, como espaços públicos nos aeroportos. E quem banca essa estrutura somos nós, porque os donos não pagam. Só que a mídia não trata disso, porque representa os donos de helicópteros e das lanchas. Reforma tributária não interessa, porque o sistema tributário brasileiro beneficia quem é rico.

FA Vai mexer com as 15 mil famílias?

Azenha Isso mesmo. Vai



mexer com as 15 mil famílias, porque a taxaço no Brasil não é em cima de lucros e nem do capital, mas do consumo. O pobre tem uma renda menor, mas paga embutido nos produtos que ele consome, o mesmo [imposto] do rico. Proporcionalmente, o pobre paga muito mais. A distribuição de lucros de dividendos das empresas não é taxada desde 1995. Fernando Henrique Cardoso mudou a lei de forma que, se você é empresário e você faz uma retirada da sua empresa, você não paga imposto sobre as suas retiradas. Por que isso não é discutido na mídia? Porque não interessa. Temas como reforma tributária, reforma política, financiamento público de campanha, a regulação da mídia são assuntos que não interessam a essas famílias.

FA Isso acontece também com a reforma do Judiciário?

Azenha O Judiciário é

o mais conservador de todos os poderes. Como o poder econômico vai abrir mão do Judiciário? De forma nenhuma. Ele é o último freio contra o aprofundamento da democracia brasileira. O último bastião de defesa dessas 15 mil famílias é o Judiciário.

FA E como as mídias sociais se encaixam nesse processo?

Azenha As mídias sociais abrem espaço para que as pessoas passem a falar umas com as outras, independentemente das decisões tomadas pelo Otavio Frias na Folha de São Paulo, ou pela família Marinho. Isso é muito importante. A comunicação entre nós deixou de passar por estes filtros. Só não avançou mais porque não conseguem atingir todos os brasileiros, por falta de uma banda larga pública e universal. A banda larga é muito importante para a democratização da mídia. Por isso, nós batalhamos pelo marco civil da internet que está no Congresso Nacional para ser votado.

FA E o marco regulatório da comunicação?

Azenha É preciso ficar claro que nós não queremos regular os jornais, revistas ou semanários. A questão é que o regulamento sobre concessões públicas de emissoras de televisão e rádio vem dos anos 1960, e está totalmente desatualizado. A Constituição de 1988 nunca foi regulamentada no capítulo das comunicações. Com isso, nós perdemos com relação a questões como conteúdo regional, que hoje é pouquíssimo. À medida que a produção de conteúdo está concentrada em São Paulo e no Rio, e é disseminada para o país inteiro, não se tem a criação de empregos na mídia em outras regiões do país. Criando outros empregos, você pode criar conteúdos diferentes, podemos ter pluralidade de pensamentos. Isso não tem nada a ver com a censura à imprensa. A mídia não pode usar as concessões para fazer política. Regulamentamos outras concessões públicas, por que não regulamentar a concessão de comunicação? <



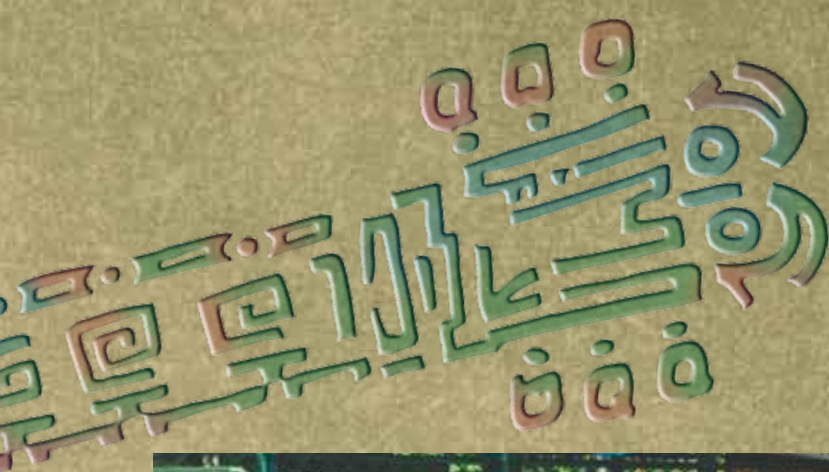
Luiz Carlos Azenha, com os jornalistas da Fena, a diretora de Administração e Finanças, Fabiana Matheus (dir.), e o diretor de Comunicação, Daniel Gaio (dir.)



Apcefs selecionam as músicas que vão competir no festival

As seletivas para o XI Música Fenae estão movimentando as Apcefs. Até 20 de setembro, conforme o regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo Nacional da Fenae (CDN), as associações deverão escolher seus representantes para a etapa nacional do festival, que ocorrerá entre os dias 4 e 6 de dezembro, no anfiteatro da Estação Gasômetro, em Belém (PA). O show de encerramento terá como atração o cantor Zeca Baleiro.

O festival foi criado com o objetivo de divulgar os talentos musicais entre os empregados da Caixa. A primeira edição aconteceu em 1986. E a cada ano, a Fenae procura renovar seu formato. Em 2013, a novidade é o júri popular. O público poderá escolher, entre as 12 selecionadas para a grande final, a música da sua preferência, em votação pela internet, nos portais www.fenae.org.br ou www.mundocaixa.com.br.



Podem participar do Música Fenae 2013, os empregados da Caixa (ativos, aposentados e pensionistas) que sejam associados das Apcefs na data da inscrição. A Apcef com até 100 associados, ou que tiver apenas uma inscrição para o festival local deve promover uma audiência pública da música inscrita para o festival.

Até o fechamento desta edição, três Apcefs haviam escolhido seus representantes: Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe. Raimundo Araújo Silva Neto, com a música “É Preciso Falar Besteira”, defenderá a associação sergipana.

Ronaldo Oliveira e Eduardo Lucena venceram a seletiva da Apcef/RJ com a música “A canção que se faz”. A Apcef/PI será representada pela composição “Lagoa do Portinho” de autoria de João Sales Neto e música de Leonan Moraes e Donald Nogueira.

Você acompanha tudo sobre o Música Fenae no hot site www.fenae.org.br/musicafenae2013.<

A Estação Gasômetro tem um anfiteatro com 400 lugares. Está localizada no Parque da Residência, onde moravam os governadores do Pará e agora funciona a Câmara Municipal de Belém. Sua antiga estrutura de ferro pertenceu à Companhia de Gás do Pará, e em 1998 foi doada para a Secretaria de Estado de Cultura, que a transformou em espaço para atividades artísticas e culturais



Trabalho, transparência e participação levam a **Apcef/BA** a se aproximar cada vez mais dos **empregados da Caixa**

Muitas histórias, lutas e conquistas rondam o cotidiano da Apcef/BA, fundada em 22 de abril de 1930. Nos últimos anos, a decisão política da atual diretoria da entidade foi a de se aproximar do associado, com base no tripé trabalho, transparência e participação. Assim, a prioridade foi dada à defesa dos interesses dos empregados da Caixa, seja em que circunstância for.

A cada desafio enfrentado desde 2008, a oferta de benefícios aumentou. Isso levou a Apcef/BA a crescer para melhor atender aos associados. Como resultado disso, segundo Moacir Carneiro (presidente da associação), **“o grande mérito foi o de saber traçar as prioridades para a entidade. Hoje, as contas são pagas em dia, e ainda se consegue fazer os investimentos necessários”**.

Moacir Carneiro reconhece que parte desse sucesso se deve à parceria com a FenaE, cujos investimentos ajudaram a Apcef/BA a resgatar seu equilíbrio

financeiro e administrativo, com a recuperação e a melhoria de instalações, de equipamentos e de serviços. Esta situação de êxito se repete em áreas como esportes, lazer e cultura.

Para o diretor da Apcef/BA, **Daniel Azeredo, “a finalidade maior de todo esse esforço é a promoção do bem-estar do pessoal da Caixa”**. Ele diz que **“os empregados da Caixa são muito mais que bancários, proporcionando aos cidadãos o acesso às políticas públicas construídas para a sociedade”**. E mais: **“Ao mesmo tempo, também, é preciso ter acesso ao lazer, ao esporte, à cultura, salário justo e condições de trabalho.”**

Atualmente, a Apcef/BA dispõe de uma infraestrutura adequada à promoção de lazer, esportes e cultura para todos os seus associados. São quatro sedes sociais: três no interior do estado – Ilhéus, Vitória da



Conquista e Feira de Santana, e uma em Camaçari, situada à Estrada do Coco, Km 9. A sede de campo Ivan Lantyer, em Camaçari, possui 90 mil metros quadrados de área verde, e está estruturada com pesque-pague, quadras, campo de futebol, salão de jogos e piscinas. Abriga ainda a melhor piscina semiolímpica da Bahia, e fica próxima a bonitas praias.

Na área de esportes e lazer, os investimentos propiciaram melhora substancial na performance da Apcef/BA. Tanto que, no período de 2008 a 2012, a entidade conquistou 18 medalhas de ouro nos Jogos da Fenaef, resultado de toda uma estrutura de treinamento oferecida aos atletas de diversas modalidades.

O desempenho em cultura também pode ser contabilizado positivamente. Nesta área, segundo Daniel Azeredo, podem ser mencionadas atividades como o Forró Azul, a Lavagem da Apcef/BA e saraus, com músicas e poesias feitas por empregados da Caixa. Outros destaques desse calendário são a festa do Dia do Aposentado, evento nunca antes realizado, e a Festa da Primavera. Mas muitas outras têm sido realizadas em parceria com a Fenaef: Corrida do Pessoal da Caixa, Passeio sobre Rodas e eventos comemorativos, como o Dia da Mulher, Dia das Mães e Dia dos Pais.

Outra prioridade é a busca por novos associados. Campanhas de filiação permanentes têm sido realizadas, tendo como resultado o aumento no número de associados. Atenção tem sido dada aos convênios, havendo mais de mil empresas conveniadas.

Recentemente, também, foi lançada a campanha **"A Bahia 100% na Funaef"**, que visa mostrar ao trabalhador que continua fora da Fundação, não apenas as vantagens financeiras, mas o amparo que ele e sua família terão em caso de invalidez ou morte prematura.

De iniciativa em iniciativa, a atual diretoria da Apcef/BA pretende fazer a diferença. O objetivo é o de sempre: defender os empregados da Caixa, para que sejam valorizados e tenham seus direitos respeitados. <



Jogos Regionais movimentam as Apcefs

A Apcef/DF foi a campeã dos Jogos Regionais do Centro-Oeste 2013, realizados em Palmas (TO), de 15 a 18 de agosto. Em segundo lugar, ficou a Apcef/GO, seguida da Apcef/MS; o quarto e quinto lugares ficaram, respectivamente, com as associações do Tocantins e Mato Grosso.

A edição 2013 do evento começou pelos Jogos do Sul e Sudeste, ocorridos de 31 de maio a 2 de junho, em Florianópolis (SC). Em agosto, além dos Jogos do Centro-Oeste, aconteceram os Jogos do Nordeste em Teresina (PI). Em setembro, de 12 a 15, acontecerão os Jogos da Região Norte, em Rio Branco (AC).

Em reunião no início de agosto, o Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenaef decidiu que os atletas só podem participar dos jogos em uma região, mesmo sendo filiados a mais de uma Apcef em regiões diferentes. A decisão foi tomada em resposta a questionamentos feitos por atletas junto às Apcefs, que são responsáveis pela organização dos jogos.

Este ano, nos jogos regionais, a Fenaef está entregando um brinde especial aos atletas: um kit composto por bolsa, squeeze e camiseta. Além disso, a Federação repassou R\$ 60 mil para cada associação, como patrocínio e ajuda de custo, e forneceu as medalhas concedidas aos três primeiros colocados de cada categoria. <



Desaposentação

É cada vez maior o número de pessoas que se aposentam e continuam a trabalhar, contribuindo para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Diante disso, muitos contribuintes têm recorrido ao Judiciário para pleitear a chamada “desaposentação”



O termo “desaposentação” nada mais significa que a renúncia à aposentadoria recebida, com o objetivo de possibilitar a aquisição de benefício mais vantajoso, levando-se em consideração as contribuições previdenciárias efetuadas após a concessão da aposentadoria.

Em recente julgado, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que “o tempo de serviço que foi utilizado para a concessão da aposentadoria pode ser novamente contado e aproveitado para fins de concessão de uma posterior aposentadoria”.

Importante ressaltar também que o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que o ato de renunciar ao benefício não envolve a obrigação de devolução

das parcelas recebidas até então, pois, enquanto aposentado, o segurado fez jus aos proventos.

Apesar da farta jurisprudência favorável à “desaposentação”, o INSS tem recorrido em todos os casos. Defende a autarquia federal que a aposentadoria seria irrenunciável.

Diante da ausência de lei que regulamente o assunto, bem como da negativa do INSS, cabe aos segurados recorrer ao Judiciário para resguardar seus direitos, o que deverá ser feito através de ação própria, a ser movida com auxílio de profissional da advocacia.

Contudo, nem todo aposentado que continuou a trabalhar com carteira assinada e a contribuir para a Previdência leva vantagem ao entrar com ação pleiteando a “desaposentação”.

É preciso estudar e refletir antes de ingressar com a ação. O ideal é consultar um advogado para verificar a viabilidade da demanda.

Por fim, é importante ficar atento ao prazo de decadência. Em recente julgado o STJ, com base no artigo 103, da Lei 8.213/1991, entendeu que “é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito de ação do segurado ou beneficiário para revisão do ato de concessão de benefício”.<

Paulo Roberto de Oliveira Junior
Advogado
LBS Sociedade de Advogados
informesjuridicos@fenae.org.br



A voz das ruas, a hora e a vez da classe trabalhadora

Manifestações estão sendo vistas como uma nova forma de se conceber a relação do cidadão com o Estado. Para além desse movimento, a Fenaé defende horizonte mais democrático para a Caixa, na perspectiva do fim das discriminações e injustiças remanescentes do período em que o banco estava sendo preparado para a privatização

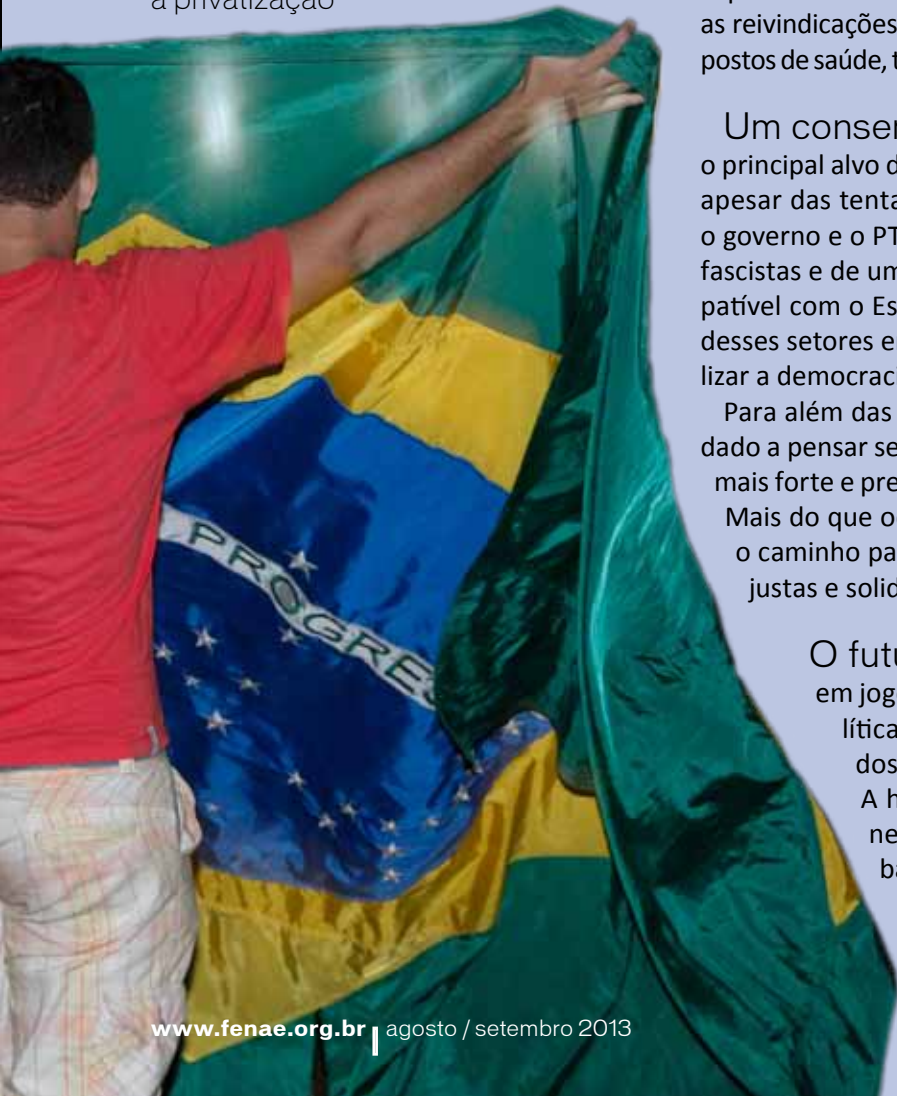
Manifestações de ruas vigorosas, como as que varreram o país de ponta a ponta nos últimos meses, não são novidade na história política brasileira. Tal como as mobilizações do passado – por exemplo, a campanha “diretas já” (década de 1980), e as frequentes lutas dos trabalhadores por reformas e mudanças estruturais – o movimento eclodido pela indignação da juventude reflete conjuntamente uma nova maneira de se conceber a relação do cidadão com o Estado.

Do aumento das passagens do transporte público, frente a um serviço caro, insuficiente e de baixa qualidade, os protestos ganharam novas cores, e passaram a repudiar a repressão policial, exigindo respeito à democracia e ao direito de livre expressão e manifestação. No bojo desse processo, porém, as reivindicações mais corriqueiras foram escolas, hospitais, postos de saúde, transporte e serviços públicos mais decentes.

Um consenso: a presidenta Dilma Rousseff não foi o principal alvo do movimento protagonizado pelos jovens, apesar das tentativas de tirar dividendos políticos contra o governo e o PT. Receberam, para isso, a ajuda de grupos fascistas e de uma polícia despreparada, violenta e incompatível com o Estado democrático de direito. A finalidade desses setores era provocar violência gratuita e desestabilizar a democracia.

Para além das manifestações, o Brasil está sendo convidado a pensar seus rumos, de modo a resgatar o que há de mais forte e precioso na tradição da luta por justiça social. Mais do que ocupar as ruas, o maior desafio é descobrir o caminho para crescer na construção de relações mais justas e solidárias.

O futuro da democracia no país está em jogo, notadamente depois da negação da política pelas manifestações contrárias aos partidos, que abre a possibilidade de retrocesso. A história mostra que o que vem depois da negação da política é pior, daí a luta dos trabalhadores e de suas entidades representativas para enfrentar os limites do atual sistema político.





CUT e pauta da classe trabalhadora por um Brasil melhor

Desde sua fundação, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) luta por um Brasil melhor. A estratégia apontada tem sido a de atacar o emergencial e o estrutural, ao mesmo tempo e com igual intensidade. Ao avaliar o atual cenário político brasileiro, durante reunião ampliada realizada nos dias 23 e 24 de julho, em São Paulo, a direção executiva da CUT lembrou que o movimento popular de junho trouxe nitidamente a exigência de melhoria das políticas públicas – transporte, saúde e educação, **“bandeira histórica que a entidade vem levantando há muito tempo”**.

Para a CUT, no entanto, essas mudanças devem incluir o plebiscito sobre a reforma política, a democratização da mídia, a reforma tributária e a promoção do Estado laico sustentável. Esses itens são considerados fundamentais para o avanço e consolidação do projeto de desenvolvimento democrático-popular que vem sendo construído no Brasil nos últimos dez anos. Uma das prioridades, neste momento, é a reforma política, abarcando desde a exclusividade do financiamento público de campanhas eleitorais, para minar a influência dos donos do dinheiro sobre os candidatos, até o direito da população de convocar plebiscitos sobre qualquer tema. Neste quesito, há a necessidade de ter equilíbrio entre o exercício do poder pela democracia representativa e pela democracia direta, de modo a aproximar a população das decisões políticas.

Em documento, a CUT diz que pretende colocar no centro dessas mudanças a pauta da classe trabalhadora, **“construída com as demais centrais sindicais e movimentos sociais, e pela qual caravanas de trabalhadores estão sendo mobilizadas, desde a histórica marcha a Brasília, no dia 6 de março, até as mobilizações realizadas em 11 de julho, que sinalizaram a entrada organizada da classe trabalhadora nesse novo cenário”**.

Para o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas

(que é bancário), é fundamental que, neste momento político, o governo federal e o Congresso Nacional ouçam o clamor da classe trabalhadora e deem respostas imediatas e concretas a reivindicações como redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários; fim do fator previdenciário e aposentadorias mais valorizadas; 10% do PIB para a educação; 10% do Orçamento da União para a saúde; transporte público e de qualidade, com mobilidade urbana; reforma agrária e política agrícola; suspensão dos leilões de petróleo; e retirada da tramitação na Câmara dos Deputados do projeto de lei 4.330/2004, que aponta para relações de trabalho precarizadas pelo viés da terceirização. A meta, neste caso, é possibilitar que o regime democrático ganhe novos desenhos de participação popular nas esferas de poder, para que se pratique o que afirmou, no século 13, o teólogo Santo Tomás de Aquino: **“A vida extrapola o conceito”**.

A luta pela manutenção e ampliação de direitos no Brasil tem fortalecido a articulação entre as centrais sindicais e os movimentos sociais. Houve muitos avanços e redução da desigualdade através da distribuição de renda nos últimos anos, sobretudo entre 2003 e 2013. A população brasileira reconhece isso, mas luta para aumentar a capacidade do Estado de planejar e investir, com presença na conformação de um padrão de desenvolvimento com sustentabilidade política, econômica, ambiental e social, segundo os princípios democráticos – já que a democracia não é um pacto de silêncio – precisa das ruas, não ocorrendo apenas por intermédio das instituições. Mas, é bom que se diga, não existe democracia sem partidos ou instituições representativas.

A defesa da soberania nacional tem relação direta com a democratização da mídia. Um dos desafios é construir um sistema de comunicação descentralizado e plural, com equilíbrio entre os três setores envolvidos: estatal/público, privado e social/comunitário. Essas iniciativas precisam ser contempladas por um novo marco regulatório para o setor e por políticas que desconcentrem a distribuição das verbas publicitárias do governo. Igualmente relevante é a legislação não permitir que um mesmo grupo detenha emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas, naquilo conhecido como propriedade cruzada.



Fenae: presença decisiva nas lutas do pessoal da Caixa

Períodos de lutas por justiça social não são novidade na história brasileira e de seus trabalhadores. Desde que foi fundada, em 1971, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) sempre esteve inserida no contexto “combater o bom combate”, atuando como entidade representativa do pessoal da Caixa em âmbito nacional. No portfólio das lutas e conquistas da Fenae estão incluídas não só a realização de eventos esportivos, culturais e sociais, mas também a mobilização contra o desmonte e a privatização da Caixa no governo neoliberal de FHC, além da jornada de seis horas, direito à sindicalização, fim do RH 008 (demissões sem justa causa), elaboração e implantação do Saúde Caixa, novo Plano de Benefícios da Funcef, e retomada de benefícios para os técnicos bancários, os chamados TBs. Igualmente relevante é o apoio que é dado às entidades do movimento sindical bancário, durante as campanhas salariais e na mesa de negociações permanentes com a empresa.

A Fenae, aliás, possui uma história pautada pelo apoio à luta pela democracia no Brasil. De acordo com Pedro Eugênio Leite, diretor-presidente da entidade, **“as recentes mobilizações populares apontam para a necessidade de a sociedade civil brasileira enfrentar todos os setores que buscam impedir que o Brasil avance no processo de distribuição da riqueza e do acesso à saúde, educação, moradia boa e barata, terra e cultura, com democratização dos meios de comunicação e ampliação da participação política”**. Ele defende ainda que o poder público crie canais de diálogo e de negociação com os movimentos sindical e social, de modo a que sejam debatidas e encontradas saídas para questões pertinentes à classe trabalhadora, como o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, e mais investimentos em saúde, educação e transporte coletivo.

Essas manifestações que buscam definir um rumo progressista para o Brasil também

atingem a Caixa, na condição de agente de políticas públicas e banco indutor do desenvolvimento econômico e social. É notório que, nos últimos anos, a Caixa reergueu-se como empresa a serviço da população brasileira, mas há a necessidade de que este horizonte se amplie cada vez mais, na perspectiva do fim das discriminações e injustiças remanescentes de um modelo de gestão do período em que o banco estava sendo preparado para a privatização.

Para o movimento nacional dos empregados, os maiores empecilhos se referem à falta de condições de trabalho adequadas, resultando corriqueiramente em defasagem de mão de obra, com sobrecarga de trabalho, extrapolação da jornada e deterioração das condições de saúde e de vida dos bancários. A diretora de Administração e Finanças da Fenae, Fabiana Matheus, diz ser preciso aproveitar o vigor das ruas para resgatar a trajetória de luta das entidades sindicais e associativas dos empregados, no sentido de **“seguir lutando contra a resistência do governo e da Caixa à plena democratização das instâncias de gestão, evidenciada, sobretudo, na manutenção do chamado voto de Minerva na Funcef”**.

Para Jair Pedro Ferreira, vice-presidente da Fenae e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), o avanço na superação dos problemas estruturais na Caixa passa pela democratização da gestão, com o fim da cultura da falta de valorização profissional, como resultado da herança de um dos períodos mais difíceis para os bancários. Isto, na opinião dele, deve ser **“construído pelo exercício permanente do diálogo com os trabalhadores e suas representações, na busca de soluções que expressem acordos amplos, concretos e duradouros”**.

A Fenae, ainda, segundo Jair Ferreira, está presente na luta para que o Estado brasileiro invista pesadamente em políticas, programas e projetos sociais que tornem realidade o direito constitucional à moradia e o direito à cidade, com gestão democrática e garantia da função social do espaço urbano e da propriedade. A ênfase deve ser na habitação, no saneamento básico e na infraestrutura urbana, áreas vitais para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.◀



PAR Corretora comemora **40 anos de sucesso**

Crescimento permitiu investimentos na luta, nas Apcefs e em eventos que promovem o bem-estar do pessoal da Caixa

No dia 1º de agosto, dirigentes da Fenae, das Apcefs, da Caixa, da Caixa Seguros e da GP Investimentos se reuniram para comemorar os 40 anos da PAR Corretora.

A empresa foi criada em 1973, com o nome Fenae Corretora, e em 2009 passou a se chamar PAR Corretora. Na última década, a PAR Corretora subiu da 11ª para a 5ª posição no mercado, e atualmente é a 3ª em resultados. Esse sucesso é atribuído à atuação visionária dos seus fundadores, e à visão estratégica dos dirigentes da Fenae e das Apcefs ao exercerem papel de destaque na conformação da parceria Caixa/Caixa Seguros/PAR Corretora.

O crescimento da corretora e do Grupo PAR, além de gerar recursos que são destinados à luta em defesa dos direitos dos empregados da Caixa, permitiu que a Fenae e as Apcefs executassem um ousado plano de investimentos nas associações a partir de 2008, e realizar eventos esportivos, sociais e culturais, entre outras ações de melhoria nos serviços prestados ao pessoal da Caixa, que são os principais objetivos e a razão de ser das Apcefs e da Fenae.



O presidente da Fenae, Pedro Eugenio Leite, lembrou a trajetória de sólido crescimento da PAR Corretora como fruto do trabalho de todos os seus antecessores no cargo. “Ao assumir o primeiro mandado na Federação, em 2008, apenas ousamos mexer no que estava dando certo”.

A cerimônia contou com a presença de diretores e conselheiros da Funcef, diretores das demais empresas do Grupo PAR, além de convidados.<

De repente,
um carinho inesperado.

De repente,
70% de desconto.

As boas surpresas da vida você aproveita.
Das outras, a gente cuida.



Aproveite as boas surpresas que só a CAIXA SEGUROS tem para você e sua família. Além de todos os benefícios que os Seguros de Vida da CAIXA oferecem, você pode contar com o **Segura Preço** - um catálogo de produtos incríveis e com descontos muito especiais.

Com o Segura Preço você terá descontos de até 70%. Para aproveitar, basta adquirir um dos seguintes Seguros de Vida da CAIXA na modalidade de pagamento mensal: Vida Exclusivo, Vida da Gente, Vida Multipremiado Super, Vida Multipremiado Total, Vida Mulher e Vida Mulher Total (seguros contratados entre 26.11.2012 e 25.11.2013).

Se você ainda não possui um dos Seguros de Vida da CAIXA, acesse www.caixaseguros.com.br para ter mais informações. E para você que já conhece o Segura Preço, confira os produtos do novo catálogo: www.segurapreco.com.br.

FRITADEIRA ACTIFRY ARNO
DESCONTO DE ATÉ

70%

CAIXA
SEGUROS

CNPJ 34.020.354/0001-10 Proc. SUSEP: 15.414.001980/2006-77, 15.414.001979/2006-42, 15.414.002261/2007-54, 15.414.002904/2007-60, 15.414.005744/2002-04. O registro deste seguro na SUSEP não implica por parte da Autarquia incentivo ou recomendação a suas comercializações. Sorteios garantidos pela CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. Proc. SUSEP 15414.300117/2008-61. O prazo de validade das ofertas está vinculado ao regulamento da ação promocional. Condições de pagamento e disponibilidade de estoque deverão ser consultadas pelo interessado no momento da aquisição. As ofertas anunciadas não incluem o valor do frete. As imagens e os produtos aqui exibidos são meramente ilustrativos. O estoque de produtos é limitado e os descontos são variáveis, podendo ser alterados no momento da realização da compra.

Imposto sobre Grandes Fortunas

Algumas sociedades estão mais preocupadas com a igualdade de oportunidades, outras mais com a igualdade de resultados. Os europeus tendem a ser mais igualitários, acreditando que em uma sociedade justa não deve haver grandes diferenças de renda e/ou riqueza. Americanos e chineses colocam mais ênfase na igualdade de oportunidades. Desde que as pessoas possam subir na escala social, eles acreditam que uma sociedade com grande diferença de renda ainda pode ser justa. Dão incentivos para a meritocracia.

A medida mais importante, em uma meritocracia, é a mobilidade relativa, em particular entre as gerações. Em uma sociedade com igualdade de oportunidades, a posição dos pais na escala da renda deveria ter pouco impacto sobre a de seus filhos. Em um país em que o governo estava mais interessado em igualdade de oportunidade do que igualdade de renda, a mudança mais transformadora foi a implantação da educação em massa. Ela é apontada

como a principal causa do estreitamento da desigualdade, em meados do século 20, ao impulsionar a mobilidade social.

Para garantir resultados igualitários, outra medida possível é efetuar grandes transferências governamentais de renda básica com contrapartida em frequência

escolar. Muitos países construíram Estados de Bem-Estar Social com generosos benefícios para desempregados, subsídios para crianças e complementação do rendimento. Esses outros benefícios, em vez do sistema de impostos progressivos, se tornaram nesses países os instrumentos mais importantes para reduzir a desigualdade.

Diferentemente desses países que têm o foco no ponto de partida, os que tem o foco no ponto-de-chegada debatem a respeito da introdução do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) no sistema tributário. Ele seria “instrumento de correção de distorções”, porque este imposto supostamente faria com que o maior ônus fiscal recaísse sobre os contribuintes com maior capacidade contributiva, reduzindo, assim, a concentração de riqueza.

A visão comum de que o sistema tributário brasileiro é regressivo tem sido reforçada por estudos que, de um lado, subestimam a renda dos mais pobres e, de outro, subestimam os tributos pagos pelos mais ricos. Buscando corrigir esses vieses, o artigo de Siqueira, Nogueira e Souza, divulgado em fevereiro de 2012, estima a distribuição da carga tributária com base na POF 2008/2009 e na PNAD 2009. Os resultados indicam que o sistema tributário brasileiro incide de forma quase proporcional sobre as famílias em diferentes classes de renda, e, portanto, é aproximadamente neutro do ponto de vista distributivo.

Dadas as limitações das bases de dados disponíveis, os estudos sobre a distribuição da carga tributária no Brasil captam essencialmente a tributação da renda do trabalho, não incorporando de forma minimamente significativa a tributação da renda do capital. Isso significa que o montante de imposto pago pelas famílias nos estratos superiores de renda é em boa medida subestimado, uma vez que os rendimentos do capital tendem a se concentrar nesses estratos.

A dificuldade de pesquisas como a POF ou a PNAD



captar devidamente a renda dos mais pobres é devida ao fato de a renda dessa população ser frequentemente derivada de vários tipos de atividades (os chamados “bicos”), com recebimentos irregulares e, muitas vezes, não-monetários.

O risco econômico da adoção do IGF para sobretaxar as grandes riquezas financeiras individuais, que restam após a tributação pelo Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), é encorajar a emigração do patrimônio doméstico abrangido pelo campo de incidência do IGF para outros países que não estabelecem esse ônus tributário. Ainda sem ele, estima-se que os super-ricos brasileiros, pessoal ou corporativamente, em 2010, já possuíam cerca de US\$ 520 bilhões (quase 1/3 do PIB) em paraísos fiscais.

Elevar alíquotas de impostos sobre propriedade, tipo IPTU (imóvel urbano), ITR (imóvel rural), IPVA (automóvel), ITBI (transmissão de imóveis) e ITCMD (herança e doação), traz o risco político de apenas assustar todos aqueles que têm algo a perder, mesmo que seja pouco. Entre eles estão os milhares de proprietários de casa própria (3/4 dos moradores) e automóvel que se situam em classes de renda intermediárias.

Como esses impostos sobre propriedade são de competência estadual ou municipal, essas medidas dependeriam de aprovação nas assembleias legislativas e nas câmaras de vereadores. Esses parlamentares locais, assim como senadores e deputados federais no Congresso, não têm interesse em votar esse tipo de medida, pois quem financia as campanhas é quem seria tributado e, aí, seus lobbies reagiriam.

Os contribuintes onerados pelo IGF terão incentivo para fazer uso de planejamentos tributários, ocultar patrimônio, e elevar o consumo corrente de bens supérfluos, elevando a evasão fiscal. No final das contas, o acréscimo na receita tributária do país poderá ser tão mínimo que nem sequer compensará o desgaste político e os impactos econômicos negativos decorrentes da instituição desse imposto.

O IGF poderá não atender à função de, como é esperado, diminuir a concentração de riqueza. Em

tese, a tributação pelo IR é que deveria exercer a função distributiva pretendida pelo IGF. No entanto, o grau de progressividade do IR ainda é insuficiente para corrigir tais distorções. Elevá-la, conjuntamente com a redução da tributação sobre o consumo (ICMS e IPI), talvez amenize mais a desigualdade social.

Imagina-se o IGF, no Brasil, incidir sobre a totalidade do patrimônio dos indivíduos e não apenas sobre os ganhos auferidos no ano. Neste caso, uma pessoa com patrimônio considerado milionário pagaria todo ano sobre a totalidade de seus bens, de modo progressivo, isto é, de acordo com a faixa do patrimônio, uma alíquota de imposto, percentual este que se acumularia no tempo. Tecnicamente, o correto seria o imposto incidir somente sobre a nova receita ainda não tributada que a cada ano for acrescentada ao patrimônio. Desconhece-se o valor de mercado dessa riqueza pessoal.

Na França, por exemplo, foi aprovado um imposto especial de 75% sobre os altos rendimentos. O tributo vai ser aplicado durante dois anos para os rendimentos superiores a um milhão de euros por ano e por contribuinte. Nesses dois anos, espera-se a recuperação da economia. A crítica oposicionista é que vai tributar em excesso uma categoria muito pequena (cerca de 1,5 mil pessoas), arrecadar pouco (210 milhões de euros por ano) e levar ao exílio fiscal das grandes fortunas.◀



Arquivo pessoal

Fernando Nogueira da Costa
Professor livre-docente do IE-UNICAMP. Foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal de 2003 a 2007.
www.fernandonogueiracosta.wordpress.com
E-mail: fernandonogueiracosta@gmail.com.



Encontro com participantes e gestores da Funcef – organizado pelo presidente da Fenaef, Pedro Eugênio – debateu dúvidas recorrentes nas redes sociais da internet

Fenaef, **olhos e voz do associado** na Funcef. Resultados da Fundação preocupam

Conjuntura adversa requer revisão da programação econômico-financeira pelo cenário mais pessimista. Projeção indica déficit em 2013, e legislação prevê equacionamento

Já se tem como certo que a Funcef, fundo de pensão dos empregados da Caixa, registrará déficit no exercício corrente. O prolongamento da conjuntura adversa aos investimentos, especialmente aos de ações em bolsas, impôs para a segunda revisão trimestral da programação econômico-financeira a adoção do cenário mais pessimista que se tinha no início do ano. O resultado deverá ser positivo, mas abaixo da meta atuarial estabelecida para 2013.

As áreas que cuidam diretamente dos investimentos (diretorias de Investimentos e de Participações Societárias e Mobiliárias) são conduzidas por gestores nomeados pela patrocinadora, a Caixa. Os

diretores eleitos pelos associados respondem pelas diretorias de Benefícios (José Carlos Alonso), de Planejamento e Controladoria (Antônio Bráulio) e de Administração (Renata Marotta).

A compreensão do que está acontecendo requer balizamento em informações seguras, para que não restem conclusões apressadas quanto à gestão dos investimentos e às reais consequências para os planos de benefícios e para os participantes. Para a abordagem do assunto, a Fenaef apresenta antes um breve apanhado de sua permanente atuação em defesa do fundo de pensão e seus associados.

Criadas em 29 de maio de 1971 e em 1º de agosto de 1977, respectivamente, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenaef) e a Fundação dos Economizadores Federais (Funcef) são instituições cujas histórias se alinhavam na junção de tecidos de proteção aos trabalhadores da Caixa. Ambas se fazem presentes tanto na trajetória profissional como na aposentadoria do empregado Caixa.

A Federação fazendo seu papel de entidade associativa, na representação de anseios e na defesa de direitos dos empregados e aposentados. A Fundação na oferta e na administração de planos de aposentadoria complementar, com a missão de garantir valor e segurança no pagamento de benefícios ao final do período laboral.

A Fenae cumpriu, inclusive, papel determinante na criação da Funcef. Os dirigentes associativos de então não só participaram ativamente dos debates, como atuaram junto aos órgãos oficiais para estruturação do fundo de pensão. Isso sem se desincumbirem da defesa dos interesses dos que já haviam se aposentado pelo instituto anterior, o Sasse, e que passaram a ser vinculados ao Plano de Melhoria de Proventos e Pensões (PMPP).

Mesmo no período de governos militares, em que inexistia representação dos empregados nos órgãos de gestão, e o movimento dos trabalhadores era perseguido, a Fenae não se furtou a erguer a voz em defesa do patrimônio dos associados da Funcef. A Federação manteve-se igualmente atenta e atuante nos governos que se seguiram à ditadura, sempre denunciando desmandos administrativos e exigindo transparência e democracia na gestão dos recursos dos participantes do fundo de pensão.

No auge dos governos neoliberais dos anos 1990, cuja vocação privatizante resultou em iniciativas de desmonte da Caixa como banco público, tendo a

Funcef como um dos principais entraves à moldagem da empresa ao gosto do mercado, a Fenae ocupou a linha de frente na resistência aos ataques desferidos contra o emprego e o patrimônio dos bancários. A Federação foi também determinante para os avanços no processo de democratização que se deu na gestão da Fundação a partir dos anos 2000.

“Essa é a nossa história, feita de muita luta, com persistência e determinação, em prol de solidez ao nosso fundo de pensão, e de mais e melhores benefícios aos participantes. E é dessa mesma história que decorre a nossa responsabilidade por tratar da situação de momento na Funcef”, enfatiza o atual presidente da Fenae, Pedro Eugenio Leite.

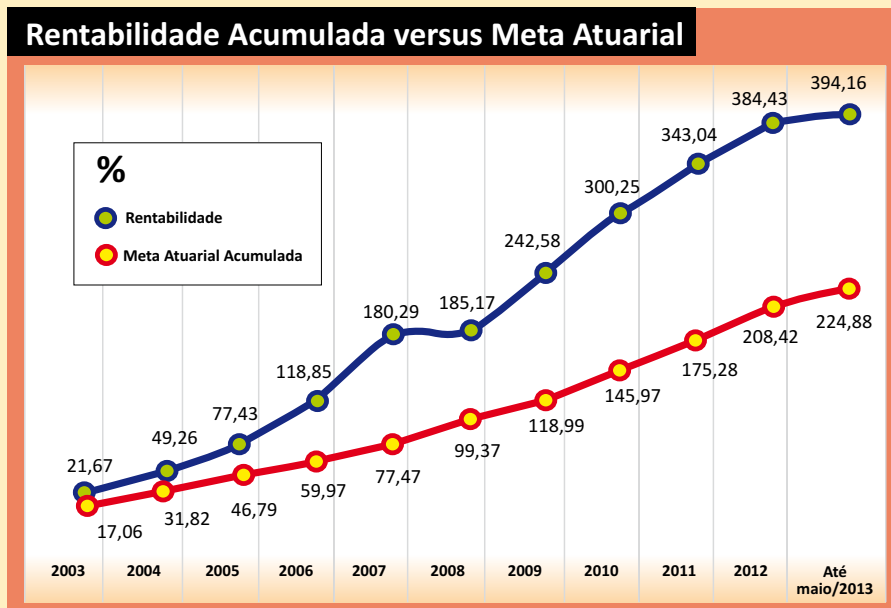
Déficit no exercício

A projeção de resultado inferior à meta atuarial estabelecida para 2013 reflete o momento de redução nas expectativas de rentabilidade para investimento em geral e, de forma muito particular, para os que são estruturados por fundos de pensão. As dificuldades são atinentes a todo o sistema de previdência complementar.

A significativa redução da taxa de juros Selic no último período encerrou o ciclo de alto rendimento em títulos públicos, tornando irreversível a migração de investimentos para o setor produtivo da economia. Por outro lado, a prolongada crise econômica global vem contendo e, muitas vezes, reduzindo significativamente as ações das empresas, sobretudo as negociadas em bolsas.

As carteiras de investimentos dos fundos de pensão são manejadas tendo em conta as intempéries provocadas pelos fatores conjunturais, com estratégias de médio e longo prazo. O acerto de se pautar pelo redirecionamento planejado da política de investimentos está demonstrado pela evolução da rentabilidade da Funcef em uma década, face à meta atuarial acumulada no mesmo período: 394,16% contra 224,88%.

Investimentos que hoje



pullaram os resultados para baixo, a exemplo das ações da companhia Vale, tiveram peso expressivo na produção dos superávits da última década, possibilitando à Fundação destinar R\$ 10,8 bilhões a medidas prudenciais, como a eliminação do limite de 55 anos para concessão de aposentadoria integral, as mudanças de tábuas e a redução da taxa de juros, entre outras, além de reajustes reais da ordem de 30% nos benefícios saldados (gráfico 2).

Preocupação

Embora tenha presente que o déficit previsto para 2013 se explica, fundamentalmente, por fatores conjunturais, a Fenaé avalia que há muito o que ser feito para melhorar os resultados do exercício, a começar por rigorosa contenção de despesas, com otimização de procedimentos, e gestão e avaliação mais apuradas dos ativos. “É hora de economia total e de eficiência máxima”, cobra Pedro Eugênio Leite.

A preocupação nada tem a ver com a solidez dos ativos e, tampouco, com a liquidez da Fundação. “A Funcef apresenta crescimento patrimonial robusto e sustentado, e esse resultado fora da curva não compromete, em absoluto, o pagamento dos benefícios”, salienta o presidente da Federação.

O problema está na possível consequência do déficit para os associados, face à norma do Conselho

Nacional de Previdência Complementar (CNPc), que prevê o equacionamento do mesmo em até dois anos. Caso essa exigência seja mantida, será necessário aumento de contribuição dos participantes e da patrocinadora.

O aumento de contribuição é totalmente desnecessário, uma vez que a situação da Funcef, vista por uma janela longa de tempo, como se deve observar a perenidade de um fundo de pensão, é uma instituição equilibrada e suficientemente sólida. A Fenaé se soma aos esforços que já estão sendo feitos pela Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) e por diversas outras representações dos trabalhadores pela mudança da norma do CNPC.

A Fenaé também cobra da Caixa o pagamento dos custos do contencioso jurídico gerado por ações contra a Funcef, mas que são de inteira responsabilidade da patrocinadora, como as de caráter trabalhista, decorrentes de questões relacionadas a horas extras, CTVA, tíquete-refeição, entre outras. O valor provisionado pela Funcef para fazer frente ao contencioso é da ordem de um R\$ 1 bilhão. Seu equacionamento teria, portanto, efeito significativo no balança da Fundação.◀

Medidas prudenciais

R\$ Milhões

Adequação dos planos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Limite de idade	3.715								3.715
Medidas de prudência	1.715	2.363		316	88				4.492
Tábua - adoção da AT-83 ✓	1.715	650							2.375
Tábua - adoção da AT-2000				316					316
Tábua - Winklevoss ✓		70							70
Redução da taxa de juros		1.644							1.644
Método de financiamento					88				88
Reajustes reais benefícios saldados		556	1.017		315	760			2.647
Reajuste 10,79% e 4%			30						30
Reajuste fundo de revisão		556	987		315	760			2.617
	5.440	2.919	1.017	316	403	760			10.854

✓ Em 2006 ocorreu a alteração da AT-49 para a AT-83 agr. Em 2 anos. Em 2007 ocorreu o desagravamento da AT-83

✓ Alteração da Tábua de invalidez IAPB 1957 para a winlevoss.

✓ Até maio 2013

Com ajuda do rato, pato mata tico-tico (e Bomfim previu)

A primeira vez que vi o nome Manoel Bomfim foi na década de 1980, em texto do colega Luis Nassif. Por 30 anos, vi o nome citado mais duas ou três vezes. Até que, em 16 de julho de 2013, visitando o Instituto Paulo Freire em São Paulo, ia saindo quando um livrinho, de Aluisio Alves Filho, me chamou da prateleira: “Ei! Olha eu aqui!”

Era *Manoel Bomfim – Combate ao racismo, educação popular e democracia radical*, da editora Expressão Popular. Paulo e Manoel têm muito em comum. Jamais se cruzaram, pois Manoel se vai aos 64 anos em 1932, quando Paulo, aos 11, morto o pai, passa fome em Pernambuco – recordará que se dá conta de que muitos também passam fome e se pergunta o que pode fazer para ajudar o próximo.

Sergipano de Aracaju, filho de proprietários rurais, Manoel se forma médico no Rio. Casa, tem um casal de filhos, a filha morre infante e Manoel desgostoso deixa a medicina e vira educador. Com espírito crítico, atende a estalos como este: a jovem República só dá direito a voto a letrados, e 90% do povo é analfabeto! A República se fez só para brancos, a “classe dirigente”. Publica em 1905 *América Latina: Males de origem*, boicotado século afora, e ainda hoje pergunto: você já ouviu falar?

“Sempre que se trata das repúblicas latino-americanas, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças condenatórias”, escreve ele, parecendo que fala dos tempos atuais, e profetiza: sofreremos ainda mais se um dia os Estados Unidos intervierem em nossa vida. Aponta um “mal de origem”, o parasitismo de portugueses e espanhóis, “uns a trabalhar e outros a engordar e a gozar” – “ontem parasitas do escravo, hoje parasitas do Estado”. Negros e índios, “e um chicote para cada turma – eis tudo que era preciso”. E aponta o que nos deixou no miserê: a rapina dos europeus em tudo. As colônias, após enviar ouro, prata, diamante, pau-brasil, café, açúcar, comprando bens por meio de atravessadores ibéricos, ao virar independentes estavam mais pobres que os milhões de indígenas e negros que morreram no trabalho “tocado a relho” para enriquecer parasitas.

Ele rebate os ideólogos colonialistas, que explicam nossos males com a “superioridade racial” branca. Afirma que não há outro meio de salvar nossa América senão pela educação, o combate à ignorância.

Criança em Marília, pedia a meu pai quando ia a São Paulo me trazer o Tico-Tico, nossa primeira revista infantil. Só hoje saberia: foi Bomfim quem

fundou. Ela viveu meio século, até 1955. Nossas bancas haviam sido tomadas pelo rato policial Mickey e a família Donald. Mickey matou o Tico-Tico, ajudando a donaldizar as crianças. E ainda viria a dita em 1964. Como Bomfim previu, se os Estados Unidos interviessem, a situação ficaria pior.<



Amancio Chadi.

Mylton Severiano
é jornalista e escritor.
myltonseveriano@gmail.com



Bancários se **mobilizam** por todo o país

Categoria cobra reajuste de 11,93% e valorização da PLR. Na negociação específica com a Caixa, foco é em saúde e condições de trabalho

Os cerca de 510 mil bancários de instituições públicas e privadas de todo o país acompanham de perto as negociações da Campanha Salarial 2013, e vão elevando a cada dia a pressão sobre os bancos, na perspectiva de reedição das grandes greves realizadas anualmente pela categoria ao longo da última década.

O calendário de mobilização para o mês de agosto prevê o Dia Nacional de Luta no dia 22, atos de comemoração do Dia do Bancário (28), e adesão à paralisação nacional convocada pelas centrais sindicais para o dia 30.

A pauta de reivindicações foi entregue à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) no dia 30 de julho, e as negociações tiveram início em 8 de agosto. Já a mesa de negociação das reivindicações específicas com a Caixa, concomitante à da Fenaban, foi instalada em 9 de agosto.

Entre os principais itens em negociação com a Fenaban, estão o reajuste de 11,93% (inflação projetada do período mais aumento real de 5%), a valorização do piso salarial pelo salário mínimo calculado pelo Diesse (R\$ 2.860,21), a defesa do emprego e o fim da terceirização, das metas abusivas e do assédio moral.

A PLR reivindicada pela categoria bancária é três salários mais R\$ 5.553,15. O valor reivindicado para os auxílios alimentação e refeição, para a 13ª cesta e para o auxílio-creche/babá é R\$ 678 (salário mínimo nacional) ao mês para cada item.





Equidade de gênero no Conecef

Em decisão histórica, durante o 29º Conecef, o Movimento dos Empregados da Caixa decidiu aprovar a ampliação da cota de participação feminina no congresso, passando dos atuais 30% para 40% em 2014, e 50% em 2015. A proposta foi construída por todas as correntes políticas que atuam no movimento e mantém, até 2015, o corte em 30% para as delegações que não atingirem a cota. A decisão foi divulgada na revista Fenae Agora Especial do 29º Conecef.

Mesa específica

Na mesa específica com a Caixa, as representações dos empregados cobram, sobretudo, condições de trabalho, com seis horas diárias pra todos, mais contratações, melhorias na logística, e fim do assédio moral. Constam também, entre as principais exigências, a isonomia (ATS e licença-prêmio para todos), o fim da discriminação do REG/Replan não-saldado, o ticket na aposentadoria, melhorias no Saúde Caixa, e recuperação do poder de compra dos salários.

Para o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e vice-presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, “o maior ou menor sucesso das negociações deste ano com a Caixa será medido pelo que conseguirmos em termos de mudança na difícil

realidade do trabalho de quem está atualmente nas agências, enfrentando a absurda carga de trabalho que lhes é imposta, sob pressão constante para o cumprimento de metas”.

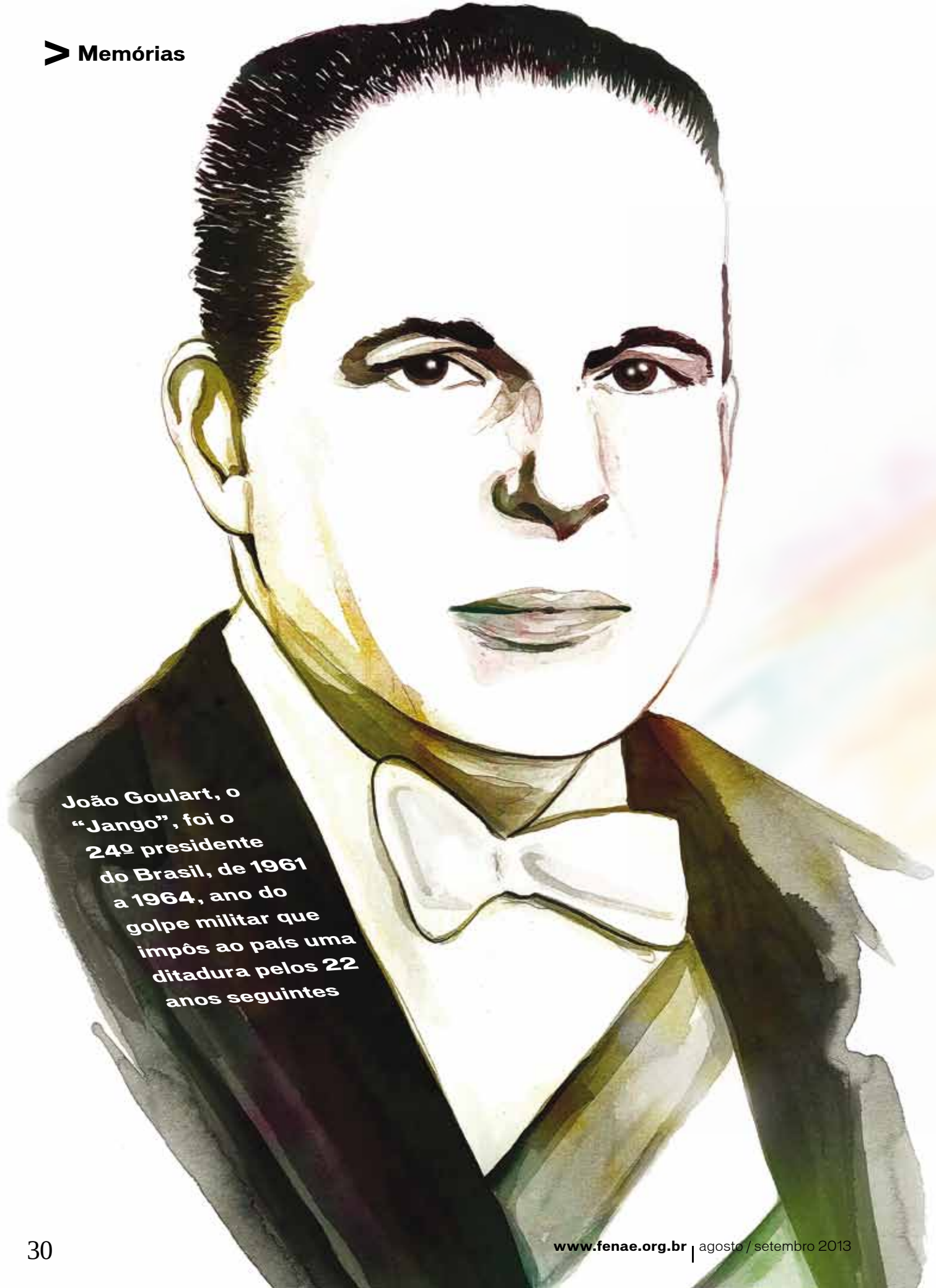
Jair entende que a melhoria da situação nas unidades de ponta requer mais contratações, melhor estrutura e fim do assédio moral. “Sem isso, não há como se falar em trabalho digno e condições adequadas de saúde”, frisou o vice-presidente da Fenae.

Histórico de conquistas

A categoria bancária apresenta, nos últimos 10 anos, um retrospecto de grandes mobilizações unificadas nacionalmente, com participação expressiva de trabalhadores dos bancos públicos e privados. As conquistas foram igualmente significativas: 16,22% de aumento salarial acima da inflação desde 2004, além de ganho real de 35,6% no piso e melhorias sucessivas na PLR.

Enquanto o ICV Dieese registrado entre 2004 e 2012 foi de 61,4%, e o INPC IBGE de 59,5%, os bancários conquistaram no período reajuste salarial de 84,3%, além de aumento de 116,2% para o piso da categoria.





**João Goulart, o
"Jango", foi o
24º presidente
do Brasil, de 1961
a 1964, ano do
golpe militar que
impôs ao país uma
ditadura pelos 22
anos seguintes**

Jango, o presidente que a ditadura tirou do Brasil

A deposição do presidente João Goulart pela força dos quartéis, com respaldo das oligarquias, das multinacionais e do governo dos Estados Unidos, deu-se em 31 de março de 1964. No dia 10 de abril, João Goulart teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, com a publicação do Ato Institucional nº 1 (AI-1) pelo governo do marechal Castelo Branco.

Além de ter sido apeado do poder que havia recebido das urnas, Jango não só foi banido da vida pública nacional, como também do país. Oficialmente, sua morte em 6 de dezembro de 1976, no município argentino de Mercedes, Corrientes, resultou de um ataque cardíaco, mas persiste a suspeita de que tenha sido assassinado, com evidências cada vez maiores.

João Goulart poderia ter retornado ao Brasil em 1974, dois anos antes de sua morte, visto que o prazo legal de sua cassação por 10 anos já se havia encerrado. Mas o regime militar procurou mantê-lo à distância, por temer seu retorno à atividade política.

Único presidente do Brasil a morrer fora do país, Jango foi também vítima de deturpações promovidas pela ditadura, com o intuito de desqualificá-lo e relegá-lo ao esquecimento.

O fato é que João Goulart foi um político de perfil marcado pela dedicação ao trabalhismo e pela solidariedade às causas dos segmentos populares.

Quando ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas, em 1953, enfrentou fortes resistências às iniciativas em favor dos trabalhadores, e convocou o 1º Congresso Brasileiro de Previdência Social. Assinou uma série de decretos em favor da previdência, tais como o financiamento de casas, a regulação de empréstimos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), e o reconhecimento dos funcionários do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Em 1954, Jango bancou também o aumento de 100% para o salário mínimo, como reivindicavam as representações dos trabalhadores, mesmo com forte reação entre os empresários e na imprensa. A ousadia forçou-o a renunciar ao cargo, mas deixando o aumento concedido como legado à classe trabalhadora, por meio de decreto assinado por Vargas em 1º de maio daquele ano.

Como presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Goulart tornou-se o principal nome do trabalhismo no país após o suicídio de Getúlio. Foi eleito duas vezes vice-presidente do Brasil, a primeira em 1955, para o mandato de Juscelino Kubitschek, e, em seguida, para o de Jânio Quadros. Na época, a eleição do vice era descasada da do presidente.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, Jango foi então alçado ao cargo de presidente da República, mas não sem antes de ter que superar manobras políticas contrárias à sua posse. Teve, inclusive, que conviver, num primeiro momento, com a imposição do sistema parlamentarista. O presidencialismo só foi restituído um ano depois, pela vontade popular, em plebiscito.

Com o seu Plano Trienal, que incluía uma série de reformas institucionais visando atuar sobre os problemas estruturais do país, João Goulart passou a ser atacado por seus opositores com um discurso ideológico segundo ao qual, sob seu governo, o Brasil se transformaria em um país comunista ou numa república sindicalista.

As denominadas reformas de base contemplavam as reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional. As elites viram aí o “espectro do comunismo”, e um Jango “subversivo”, razões tidas como suficientes para o golpe.

Mesmo em breve e sitiado mandato, João Goulart legou importantes feitos ao país, entre os quais a criação da Eletrobrás, que contribuiu para tirar o Brasil das mãos da exploração estrangeira da energia elétrica; o Estatuto do Trabalhador Rural, que levou a legislação social às áreas rurais; e a criação da Universidade de Brasília (UnB).



Qual o tamanho

Convênios Fenae ajuda você a realizá-lo.

VEÍCULOS, TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Ford Motor Company Brasil

Descontos exclusivos na compra de um Ford zero km, faturamento direto da fábrica, preço único em mais de 400 distribuidores Ford Brasil, e entrega do veículo com frete incluso em um distribuidor de sua preferência.

Descontos: ver tabela mensal no site.

Alvorada Transporte e Logística

Sediada em Brasília, com filial no Rio de Janeiro. Armazenagem, guarda móveis, distribuição em geral, transportes especiais, transportes de veículos.

Descontos: 10%.

ELETRO-ELETRÔNICOS

Electrolux

Excelência na fabricação de refrigeradores, lavadoras, microondas, freezers, fogões, condicionadores e outros. Completa linha com design moderno e características específicas para cada tipo de consumidor.

Descontos: 10% a 15% abaixo da média aplicada para o varejo. Pagamento por depósito bancário, boleto ou cartão de crédito.

Sony

Há mais de 60 anos no mercado mundial, a Sony tem como foco o desenvolvimento de soluções e inovações. Além de propor um estilo de vida, a empresa quer satisfazer as necessidades de seus consumidores com a certeza de oferecer uma experiência única e valiosa: a experiência Sony.

Descontos: até 20% nas compras online Sony

COMPRAS ON LINE

Compra Certa

O Compra Certa é um canal de vendas das marcas Brastemp, Cônsul e KitchenAid que atua há 23 anos no mercado. Trata-se de um Clube de Compras exclusivo para empresas parceiras. Receba a senha

emitida pela Fenae e acesse o site. O Compra Certa entrega em todo o Brasil.

Descontos: até 30% para pagamento em até 10 vezes sem juros ou à vista no boleto bancário.

Fast Shop

O Fast Club conta com uma estrutura de vendas e-commerce já consolidada no mercado varejista, que propaga com justiça o padrão de qualidade da marca.

Descontos: Os descontos podem chegar a até 30% do valor do site Fast Shop. Há ainda um key account, responsável por todo o atendimento e gestão da loja virtual, que esclarecerá dúvidas quanto a produtos, condições de pagamento, prazos de entrega etc.

Polishop

Empresa do grupo Polimport, uma das mais eficientes e bem sucedidas empresas de marketing direto da América Latina. Reconhecida por criar marcas de sucesso e lançar produtos inovadores. Soluções inovadoras e de qualidade.

Benefícios: combos exclusivos, com a variedade e qualidade Polishop. Tudo em 12X sem juros no cartão de crédito e com frete grátis para todo o Brasil.

INFORMÁTICA

Dell Computadores do Brasil

Cada beneficiário poderá adquirir até cinco computadores por ano, cota limitada à compra de no máximo três unidades a cada quatro meses.

Desconto: 10% na compra de computadores sobre o valor de oferta do site.

EDUCAÇÃO

Abracem

A ABRACEM, preocupada em estimular e desenvolver a prática da consultoria em Gestão de Negócios, em conjunto com o Centro de Negócios e Desenvol-



The power to do more.



Acompanhe as promoções dos Convênios Fenae no site www.fenae.org.br/convenios

do seu sonho?

vimento Empresarial e o Centro Universitário Barão de Mauá, inova e estrutura um programa de Ensino a Distância de Formação de Consultores em Gestão de Negócios que o capacitará a atuar de forma sólida e consistente em ambientes empresariais ou na gestão de seu próprio negócio.

Descontos: Confira, no site da Fenae, o valor do investimento, as condições e o programa do curso.

AIEC

A Faculdade AIEC oferece o primeiro curso de graduação em Administração via internet. Reconhecido pelo MEC e Certificação ISO 9001:2008. Tem pólos no Brasil, e utiliza uma sofisticada tecnologia educacional.

Descontos: 27% para a matrícula e mensalidades do primeiro semestre, e 17% no segundo semestre. Veja as condições, vantagens e mais descontos no site.

Estácio de Sá

Unidades no RJ, SP, MG, ES, SC, MS, BA, PE, PA e CE. Graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. Cursos avaliados pelo MEC com os melhores conceitos de qualidade.

Descontos: 20% para graduação tradicional, graduação profissional, pós-graduação lato sensu e cursos na modalidade de ensino à distância.

FAEL

Cursos à distância de graduação e pós-graduação, promovendo o aprimoramento profissional. São mais de 170 pólos credenciados e 25 cursos que também podem ser realizados nos mais de 500 centros de apoio espalhados por todo o Brasil. Todos os cursos oferecidos pela instituição são autorizados pelo MEC.

Desconto: 15% pelo convênio e mais 15% para pagamento pontual.

Grupo Eurodata

Com 17 anos no mercado, é uma das marcas mais fortes no setor de educação. A maior média de alunos por escola. A Eurodata, a Eurodata Interativa e a Extreme são as únicas empresas no mercado com

Certificação ISO 9001 do material didático, o que lhe garante alta qualidade e um aprendizado mais consistente.

Descontos: 60% em relação ao valor ofertado ao público em geral, com isenção de matrícula e material didático incluso.

Tecno Master IT Solutions

Especializada em TI, tendo como serviços: treinamentos, criação e manutenção de sites, montagem e configuração de servidores de pequeno e grande porte, desenvolvimento de software, terceirização de serviços de TI, marketing digital e consultorias.

Descontos: 15% sobre o valor de todos os treinamentos de Informática.

Universidade Católica de Brasília Virtual

Conteúdos exclusivos e tutoria efetiva dos professores, aliados a um ambiente virtual de aprendizagem altamente interativo. Elevado nível de disponibilidade de acesso à plataforma, em tempo integral.

Descontos: 10% para graduação, pós e extensão relacionados na página da Fenae.

WPÓS

Iniciativa conjunta entre o Instituto A Vez do Mestre e a Universidade Cândido Mendes para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu à distância, autorizados pelo MEC. A metodologia permite qualidade com flexibilidade de tempo. É possível matricular alunos em qualquer data, em 25 áreas.

Descontos: ver tabela no site.

ACADEMIA

GymPass

Na maior rede de academias do Brasil, você tem duas maneiras de se exercitar. Com diárias ilimitadas e única mensalidade, para acesso ilimitado a mais de 350 academias; ou com diárias avulsas, para escolher onde malhar e pagar apenas pelo dia de uso.

Descontos: 10% de em todos os produtos.

Acompanhe as promoções dos Convênios Fenae no site www.fenae.org.br/convenios





LAZER E TURISMO

Castro's Park Hotel

Primeiro e único 5 estrelas de Goiânia. Completa estrutura de eventos, buffet próprio, diárias com café da manhã, estacionamento com manobrista e internet gratuito.

Descontos: 45% da tarifa balcão do hotel, de domingo a domingo. Somente para reservas sem intermédio de agências ou operadoras de turismo.

Coqueiros Express Hotel

Perfeito para tornar suas férias práticas a um custo bem acessível, seja para desfrutar das belezas de Maceió ou para negócios. Ótima localização na praia de Ponta Verde.

Descontos: 15% em relação ao valor ofertado ao público em geral.

Estanplaza Hotels

Concebida a partir das necessidades das empresas e hóspedes, e localizada nas melhores regiões da cidade de São Paulo: Estanplaza Nações Unidas, Estanplaza Ibirapuera, Estanplaza Paulista, Estanplaza Berrini, Estanplaza Funchal e Estanplaza International.

Descontos: verifique o tarifário dos hotéis convenientes no site.

GJP Hotéis & Resorts

A GJP Hotéis & Resorts administra doze empreendimentos em Maceió, Natal, Porto de Galinhas, Foz do Iguaçu, Santa Cruz Cabralia, Itacaré e Gramado. Fundada em 2005, a GJP conta com 950 colaboradores para garantir a melhor experiência em hospedagem nos melhores destinos do Brasil. Confira a lista de hotéis no site da Fenae.

Descontos: 10% sobre o valor da menor tarifa pública oferecida pelo hotel.

Hotel Bonsai

Um dos melhores de Bonito-MS. Equipe profissional, estacionamento seguro, e área verde com riacho de águas cristalinas cercado de mata ciliar, para momentos de paz e tranquilidade.

Descontos: confira no site o tarifário para os beneficiários do convênio.

Plaza Hotéis Resorts Spas Brasil

Hotéis e resorts em Porto Alegre, Blumenau, Itapema/SC, Santo Amaro da Imperatriz/SC e Camaçari/BA.

Descontos: 20% para os hotéis executivos e de 10% para os resorts.

Pousada Pedra da Ilha

Situada na Praia Alegre, em Penha, SC, frente ao mar, a 5 km do Parque Beto Carrero. Conheça a pousada

através do vídeo institucional: www.pedradailha.com.br/blog/videoinstitucional

Descontos: 20% na baixa temporada (abril a outubro, exceto julho) e 10% na alta temporada (novembro a março e julho) e pacotes de feriados.

Rede de Hotéis San Raphael

Localizados na região central do Largo do Arouche, próximos aos principais centros de compras, lazer, cultura, arte e gastronomia de São Paulo.

Descontos especiais.

Rede Vila Galé Brasil

Um dos principais grupos hoteleiros que integra o ranking das 250 maiores empresas hoteleiras mundiais. Conta com cerca de 2.400 funcionários, equipe coesa com enorme paixão pela hotelaria e o turismo nacional.

Descontos: vejam no site a tabela com o tarifário firmado para este convênio.

TAM Viagens

Atendimento e condições diferenciadas. Descontos em pacotes nacionais e internacionais TAM Viagens e de outras operadoras, cruzeiros marítimos, passagens aéreas, hotéis internacionais e nacionais, ingressos para shows, parques nacionais, ingressos para todos os parques Disney, passes de trem na Europa, Canadá, EUA e Japão.

Descontos: Os descontos oferecidos são de 10% para pacotes TAM Viagens e de 3% para pacotes de outras operadoras. Passagens aéreas nacionais TAM podem chegar a 80% de desconto nas tarifas. Confira a Mega-Promo no site.

Acompanhe as promoções dos Convênios Fenae no site www.fenae.org.br/convenios



FenaeAgora *digital*

Todas as matérias da revista impressa a um clique de você



Acesse www.fenae.org.br e cadastre seu e-mail para receber a revista Fenae Agora digital.

Campanha Nacional dos Bancários 2013

**#vempraluta
BANCÁRIO**

**Acompanhe as notícias e imagens
da campanha salarial nos boletins
e na mídia da Fenae**

www.fenae.org.br/campanhasalarial2013

www.facebook.com/FenaeFederacao

Fenae Net Semanal

www.fenae.org.br

@sigafenae

